

## Nota de Imprensa

📅 27/03/2024

### Poupar água não devia pesar no bolso dos consumidores

**A DECO apela à poupança do consumo de água, mas também da carteira dos algarvios! Para tal, a DECO reclama apoios financeiros para que as famílias possam adotar práticas de eficiência hídrica.**

**Neste mês do consumidor a DECO assume como prioridade garantir que ninguém seja deixado para trás no combate à escassez hídrica.**

Numa comunicação enviada hoje à Comunidade Intermunicipal do Algarve e a todos os municípios algarvios, a DECO exorta as entidades da região que criem linhas de apoios ou promovam compras coletivas destinadas especificamente à compra de equipamentos, dispositivos e soluções que permitam fazer um uso mais eficiente da água, monitorizar o seu consumo e armazenar águas pluviais.

- Dispositivos de uso de água na habitação mais eficientes (como autoclismos, chuveiros, redutores de caudal, torneiras e fluxómetros);
- Instalação de soluções que permitam a monitorização e controlo inteligente de consumos de água;
- Sistema de aproveitamento de águas pluviais;
- Eletrodomésticos, como por exemplo as máquinas de lavar loiça e roupa, entre outros, que certificação elevada ao nível da eficiência hídrica;
- Equipamentos para conversão de regas e piscinas particulares.

Igualmente importante é que os Municípios reforcem a transparência da informação quanto à divulgação das suas perdas e o comuniquem nas suas faturas para que cada consumidor conheça o desempenho que o seu concelho tem.

Além de mais eficientes, as entidades gestoras devem também avançar na maior digitalização dos seus serviços, que permitam a gestão remota dos consumos de água e a deteção precoce de fugas nas casas dos consumidores.

A DECO defende ainda a definição de tarifas de água justas e transparentes, que levem em consideração o contexto socioeconómico dos consumidores.

No Algarve, 18 das 19 entidades gestoras disponibilizam tarifários sociais aos consumidores. Contudo a DECO alerta para que a mera existência de uma tarifa social possa não garantir que todos os consumidores tenham acesso à água limpa e segura, sem comprometer sua estabilidade financeira. Neste sentido, a DECO recusa aceitar um cenário em que os algarvios sejam os primeiros consumidores do país a sofrerem de pobreza hídrica.

### **Será a pobreza hídrica uma nova realidade para consumidores algarvios?**

O consumidor está numa situação de pobreza hídrica quando não consegue suportar os custos com o serviço de água para suprir as suas necessidades pessoais e domésticas.

Para já foi afastado o cenário de aumento de 15% dos tarifários da água aos consumidores, mas até setembro, altura em que se fará novo balanço, há um conjunto de restrições anunciados. Entre elas, destaca-se a redução da pressão de água na rede de abastecimento de água pública em condições que não afetem a qualidade de serviço e “poupança” de 15% do consumo de água em cada município.

**Outras medidas foram ainda adotadas para a região, que a DECO defende devem tornar-se a regra em todo o país, como a:**

- utilização de água de origens alternativas, como seja água para reutilização (ApR), para a rega de espaços verdes e jardins públicos, bem como de jardins e espaços relvados sites em propriedade privada,
- proibição da utilização de água da rede pública e de água extraída de outras origens de água natural em fontes ornamentais, lagos artificiais e outros elementos de uso estético de água;
- proibição da lavagem de pavimentos, logradouros, paredes e telhados com água da rede pública ou com água extraída de outras origens naturais;
- Utilização de água de origens alternativas, como seja ApR, sempre que disponível, para usos não potáveis urbanos, como lavagens de ruas, pavimentos, veículos e equipamentos de entidades públicas e contentores de resíduos urbanos, devendo ser reduzida a periodicidade das lavagens;

Mas há medidas que tardam! Apesar de as perdas de água terem reduzido, pela primeira vez em cinco anos, o Algarve ainda “desperdiça” por ano 2819 litros/ ramal por dia, segundo o relatório da ERSAR. A região tem ainda uma rede de condutas de abastecimento envelhecida, pelo que é

urgente a sua reabilitação de modo a diminuir as fugas e extravasamentos, cuja taxa de renovação é apenas de 0,5%.


Também as águas residuais urbanas, ou seja, aquelas que resultam, por exemplo, das lavagens de roupa e loiça, dos banhos, das descargas de sanita, continuam a ser desperdiçadas. A reutilização das águas residuais permitirá desviar água própria para consumo humano da lavagem das ruas e rega de espaços verdes e campos de golfe, aumentando a disponibilidade dos recursos hídricos e a resiliência da região. E embora estejam previstos importantes investimentos financiados pelo PRR, no âmbito do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, para a construção das infraestruturas de elevação e adução de água para reutilização os seus efeitos tardarão em fazer-se sentir, uma vez que apenas agora foi lançado pelas Águas do Algarve o concurso público para o efeito.

Por fim, no que toca às águas subterrâneas, e em especial às captações particulares de água subterrânea importa saber – e monitorizar - a que fim se destinam e medir os volumes de água retirados, de modo a garantir por um lado, o uso sustentável da água, enquanto bem comum, e por outro a devida adequação económica da taxa de recursos hídricos, que traduz o princípio do utilizador pagador, de modo a que as famílias servidas pelo serviço público de abastecimento de água não fiquem numa situação de injustiça *tarifária* face a estes, cujo uso é, maioritariamente, para fins turísticos e agricultura.

**Juntos podemos proteger os recursos hídricos e aliviar o peso da fatura de água dos algarvios.**

#### Contactos com a imprensa:

 Graça Cabral

 96 570 00 11

Descubra uma nova  
DECO em [deco.pt](https://deco.pt)

